

# **Fiscalização ambiental: apreensão de cargas de agrotóxicos obsoletos**

**Jair Schmitt**

Analista Ambiental

Coordenador-Geral de Fiscalização Ambiental

22 de julho de 2015



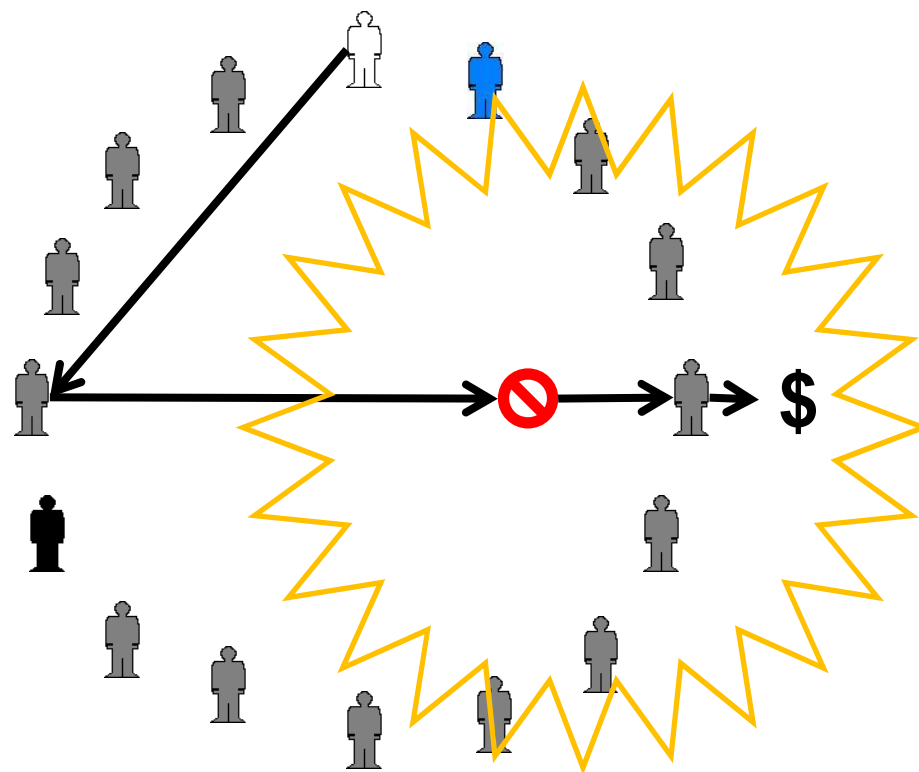
# Por que fiscalizar?

- **Promover dissuasão**

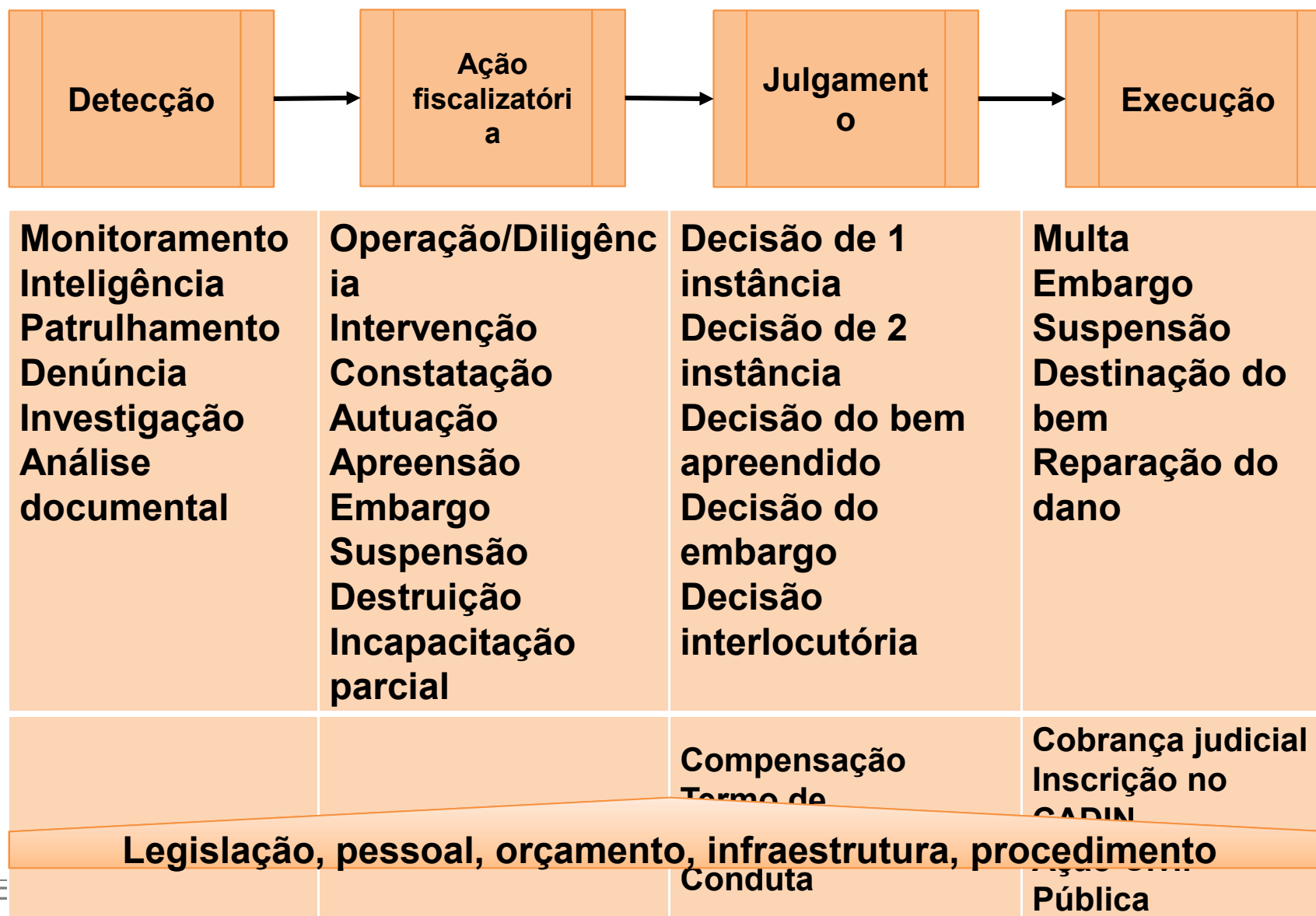
- Severidade da pena
- Certeza da punição
- Celeridade da punição
- Percepção da punição

- **Induzir comportamento**

- **Desmotivar infração**



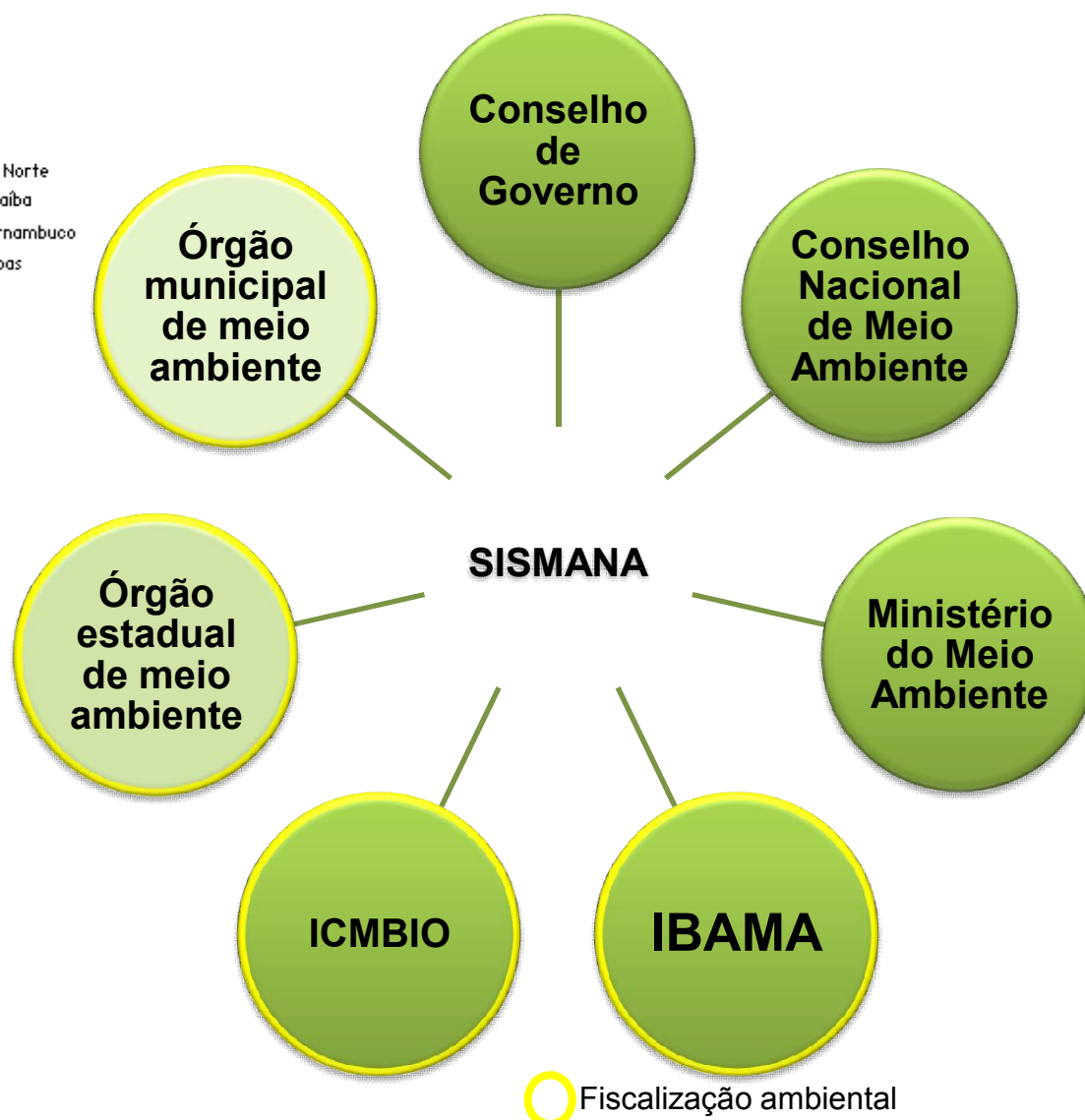
# Processo de fiscalização



# Quem fiscaliza?



- **Modelo federativo**
- **Repartição das competências**
- **Entes federativos:**
  - União (IBAMA, ICMBIO)
  - Estados (27)
  - Municípios (5.570)



# Quem fiscaliza?

- Lei Complementar nº 140/2011

Art. 17. **Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização**, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, **lavrar auto de infração ambiental** e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental **cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada**.

- Licenciamento ambiental (indústria, agricultura)
- Registro de produtos (agrotóxicos)
- Controle transfronteiriço

# Quais são as sanções?

- Lei nº 9.605/1998

Art. 72. **As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções**, observado o disposto no art. 6º:

I - advertência;

II - **multa simples**;

III - **multa diária**;

IV - **apreensão** dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - **destruição ou inutilização do produto**;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

XI - restritiva de direitos

# Quais são as principais infrações?

- Decreto nº 6.514/2008

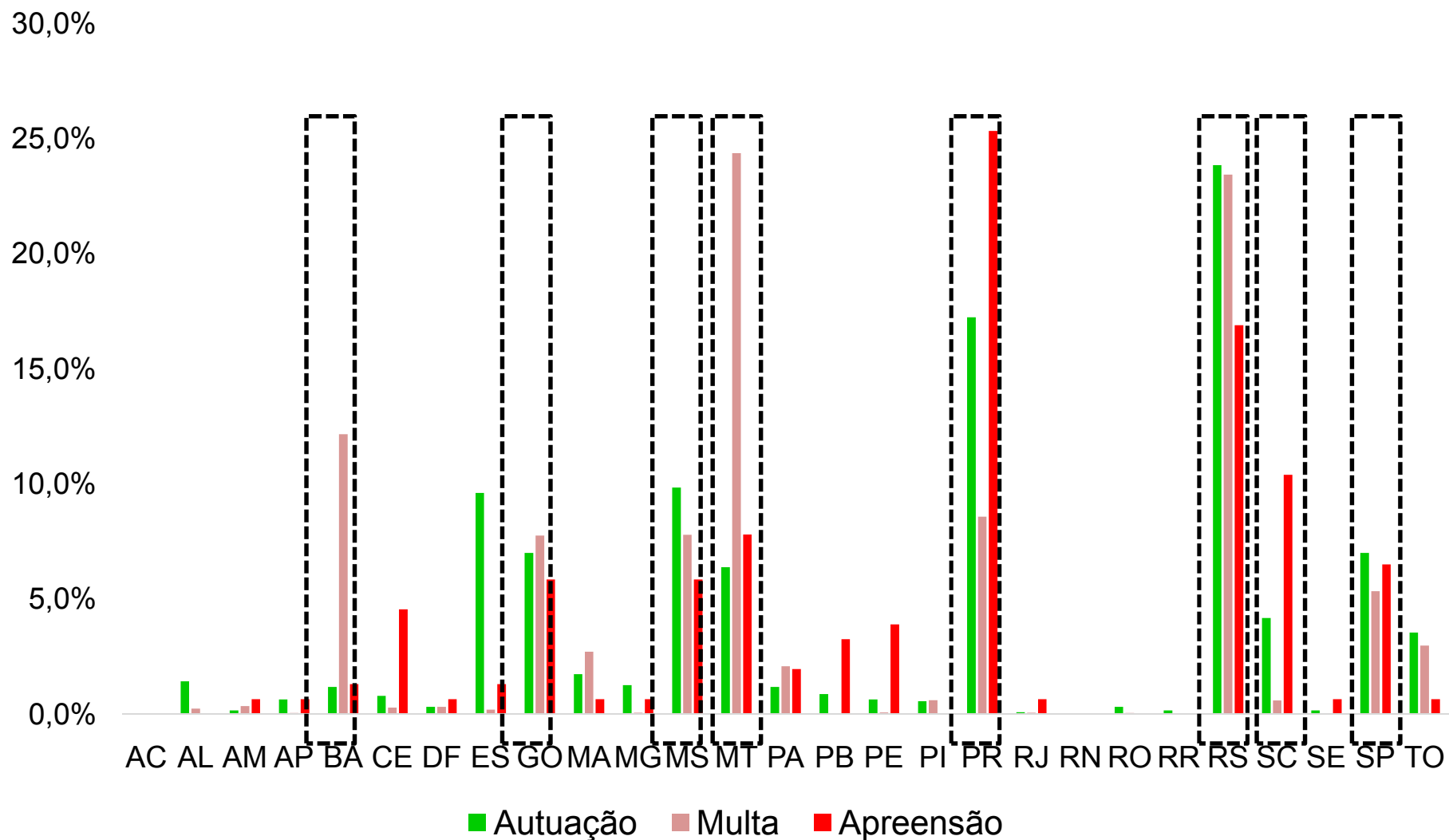
Art. 64. **Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto** ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou em seus regulamentos:

Multa de **R\$ 500,00** (quinhentos reais) a **R\$ 2.000.000,00** (dois milhões de reais).

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem abandona os produtos ou substâncias referidas no *caput*, descarta de forma irregular ou os utiliza em desacordo com as normas de segurança.

§ 2º Se o produto ou a substância for nuclear ou radioativa, a multa é aumentada ao quádruplo.

# Autuações ambientais





# Exemplos de rotas



○ Origem  
➔ Destino

# Apreensões

**Quanto de agrotóxico ilegal é apreendido?**

Estima entre 5 a 10 toneladas

**Quanto de POPs é apreendido?**

Não mensurado



# Logística para apreensão



# Destinação

- Por parte do infrator
- Comércio exterior

# Perspectivas

- Aumento do esforço de fiscalização
- Necessidade de melhor caracterização
- Necessidade de logística
  - Transporte
  - Depósito
  - Destinação



## Jair Schmitt

Analista Ambiental  
Coordenador-Geral de Fiscalização Ambiental  
IBAMA

[jair.schmitt@gmail.com](mailto:jair.schmitt@gmail.com), [jair.schmitt@ibama.gov.br](mailto:jair.schmitt@ibama.gov.br)

Skype: [jair.schmitt](https://www.skype.com/people/jair.schmitt)

+55 61 3316-1280

+55 61 9976-3781



## **Missão**

**Proteger o meio ambiente e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, visando promover a qualidade ambiental propícia à vida.**

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
SCEN Trecho 2 - Ed. Sede - Caixa Postal 09566  
CEP 70818-900 – Brasília, Distrito Federal, Brasil  
Telefone +55 61 3316-1212  
[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)



5. CORREIO BRASILENSE - Brasília, segunda-feira, 20 de julho de 2015

# Descontrole é regra na venda de agrotóxicos

PARA ENTÃO EM COMPRAR ALGUM remédio exótico, como a berberina, largamente utilizada no tratamento da hipertensão arterial, o paciente terá que no Distrito Federal, tem a disposição de uma rede de mais de 200 lojas próprias para a atender-lo da melhor maneira possível. Seria, portanto, a primeira experiência, em portais de acesso eletrônico, nos quais o cidadão poderia encontrar o veneno agoroso, sem nenhum problema. De tudo isso, só há um ponto a se considerar: a ilegal, conflituosa situação a respeito da saúde e do meio ambiente, e a possibilidade de que quem vende, a quem compra e quem aplica o veneno, não comprovem a eficácia do produto. O irregular, o Correio fez uma reportagem de interesse e visitou lojas que vendem produtos do Distrito Federal na cidade de São Paulo. O Secretário de Saúde, Antônio Carlos de Aguiar, chefe do Departamento de Saúde e Desenvolvimento da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, uma lista de 23 lojas que vendem produtos autorizados para a comercialização de agrotóxicos. O acordo comercializado para vender os produtos — mais de 100 marcas comerciais disponíveis no Brasil —, o comércio desenvolvido em lojas próprias, com o atendimento em um local adequado para a venda de produtos, com autorização ambiental. De acordo com a Lei dos Agrotóxicos (Lei nº 4.946, de 17 de dezembro de 1966), os produtos são vendidos com receita e de maneira que os medicamentos são

Produtos comprados pela equipe de  
Correio no DF: aquisição sem dificuldade

Tudo isso, no entanto, é letra morta. As exigências só existem no nome, os produtos são comercializados normalmente, mesmo em lojas não regulamentadas. Há um comércio em plena atividade, a reportagem adquiriu um litro de um herbicida condenado pelo Instituto do Câncer e pela Organização Mundial da Saúde e que é proibido para vendas no Brasil porque pode causar tumores. No Brasil, porém, marca comercial do veneno, o glifosato, da agroparquial Monsanto, comercializado nos Estados Unidos, é vendido e utilizado para a produção de alimentos e informa-se que é "altamente tóxico" e "perigoso ao meio ambiente". O produto é registrado abaixo do balcão da loja e a embalagem contém exigências que não são cumpridas. Não existe, a funcionar, a fiscalização, por não poder fornecer a lista fiscal, por isso a venda é feita sob "proteção", a fim de não ser furtivamente adquirida, no

[illegible]

Usina de revolvimento e prensagem de embalagens de agrotóxicos. Fiscalização insuficiente favorece o comércio ilegal no país

[illegible]

**R\$ 19 MIL**  
Valor máximo da multa que pode ser aplicada em casos de irregularidades na comercialização de agrotóxicos

De acordo com o promotor, independentemente de multas ou outras sanções estabelecidas por municípios, estados e pelo Distrito Federal, as irregularidades relacionadas a manuseio, comércio, propaganda e uso consuetudinário puníveis pela pena de prisão de dois a quatro anos.

Para sofrer a mesma pena o recorrente que aplica o agravo não tem direito segundo o promotor. "O agravo é o médico da terra. Ele tem que fazer um diagnóstico e, então, recomendar ou não a aplicação de algum produto, com ou sem agente, e todos os detalhes", diz.

Quanto que decide o juiz pela internação está prevista na lei, mas a ser utilizada na aquisição irregular

[illegible]